

Política Presencial versus Política Virtual: uma Investigação no Fórum Digital de Debates entre Docentes na Universidade Federal da Bahia (UFBA).

Autoria: José Antonio Gomes de Pinho, Ingrid Winkler

Resumo: este trabalho aborda as possibilidades de fazer política utilizando a Internet, ou seja, contatos virtuais. A sociedade da informação, e mais especificamente a Internet, tem aberto uma gama de possibilidades de alteração dos padrões tradicionais de fazer política. Ainda que a tecnologia seja bem desenvolvida as experiências internacionais não tem sido muito exitosas. No fundo de toda essa questão estaria, na verdade, o crescente processo de individualização da sociedade contemporânea. Este trabalho volta-se para discutir mudanças na forma de fazer política tomando como objeto empírico a Associação de Docentes Universitários da Bahia, da Universidade Federal da Bahia (UFBA), onde no processo eleitoral uma chapa lançou a consulta digital. O evento ensejou uma série de manifestações de cunho político de docentes, adeptos e críticos da proposta, se tornando um objeto interessante ao analisar a atuação de uma elite frente à mudança política.

I. Introdução: os computadores e a Internet têm revolucionado todas as áreas da atividade humana. A Internet passou a ser o meio de comunicação à distância mais utilizado permeando todas as relações sociais, econômicas e políticas, mas isto não significa que seja necessariamente capaz de modificar substancialmente estas relações sendo necessário considerar um “choque entre duas escalas de tempo, aquela da mudança técnica (uns 20 anos) e aquela dos comportamentos sociais, muito mais lentos para se constituir” (WOLTON, 2003, 93). A Internet parece aprofundar tendências já existentes na sociedade capitalista contemporânea, mas não existem indicações de que seja “um fator de transformação radical da estrutura social, do sistema de estratificação e das normas e valores da sociedade” (SORJ, 2003, 41). Uma visão mais ambiciosa defende que emergiu “um novo modo de desenvolvimento, o modo informacional, onde a fonte de produtividade encontra-se na tecnologia de geração de conhecimentos, de processamento da informação e de comunicação de símbolos” (CASTELLS, 1999, 35).

A Internet tem impactado a própria área da política sendo “relacionada a uma nova forma de fazer política, dissociada ou a margem do Estado, pelo fortalecimento das redes da sociedade civil” (SORJ, 2003, 49). Não existem, no entanto, até o momento, “elementos suficientes que confirmem qualquer suposição sobre o impacto da Internet na política” (Idem, 49). São identificadas duas leituras opostas sobre suas conseqüências, uma otimista e outra pessimista. Para os otimistas, estaríamos prestes a uma transformação radical da democracia representativa em democracia plebiscitária (idem, 49) permitindo o aumento da participação dos cidadãos nas decisões dos governos, possibilitada pelo voto eletrônico. Além disso, a Internet permite “radicalizar a democracia, criando um novo espaço público construído em torno de uma sociedade civil que se organizará à margem do Estado” (idem, 57). Para os pessimistas, “a nova sociabilidade virtual destrói as bases da interação que permite a construção do espaço público e aumenta a capacidade de controle da população pelo Estado” (idem, 49). Para estes, “a Internet destrói as relações face a face, que seria a única fonte de comunicação capaz de gerar grupos sólidos e estáveis, com memória histórica (no lugar do mundo atemporal da Internet), que seria a única base possível de sustentação de uma vida pública e de ação política constante”. Nesse contexto, seria facilitado o controle crescente do Estado e das empresas sobre os cidadãos (idem, 57).

A Internet tem sido utilizada para difusão massificada de propaganda política com possibilidade de interação bem como para promoção da democracia local através de experimentos de participação eletrônica dos cidadãos onde estes debatem questões públicas e transmitem suas opiniões ao governo, como no caso da cidade de Santa Mônica nos EUA (CASTELLS, 1999, 385). Em meados da década de 90 já se identificava a existência de

milhares de comunidades virtuais, fenômeno este que avançava e avança aceleradamente em escala global. Essas comunidades organizam-se em torno de “um interesse ou finalidade compartilhados, embora algumas vezes a própria comunidade se transforme em objetivo...” (CASTELLS, 1999, 385). “Ainda não se conhece o grau de sociabilidade existente em tais redes eletrônicas nem quais são os efeitos culturais dessa nova forma de sociabilidade”, sendo possível destacar o caráter efêmero dessas redes do ponto de vista dos participantes onde “a maior parte das contribuições para a interação é esporádica, com a maioria das pessoas entrando e saindo das redes para atender às mudanças de interesses e expectativas não-satisfeitas” (idem, 386). Outra experiência bastante relevante no contexto internacional refere-se à Cidade Digital de Amsterdã (DDS), implantada em janeiro de 1994, onde havia um esforço consistente de construir transparência por parte desta municipalidade facilitando o acesso à documentação municipal e deliberações relevantes do conselho municipal e onde os residentes “expressavam seus sentimentos, formulavam suas opiniões, organizavam protestos e votavam em propostas” (CASTELLS, 2003, 121). O grau de inserção na DDS foi impressionante, mostrando um crescimento assombroso de 4000 usuários em 1995 para 50000 em 1998 e 140000 em 2000, (Idem, 121). Nos primeiros anos, “os usuários participavam da construção da cidade, e envolviam-se em debates sobre sua administração, bem com sobre questões políticas mais amplas” (Idem, 124). Com o tempo, a DDS, acabou enfrentando problemas, constatando-se que “o nível de atividade nos fóruns políticos declinou com o correr dos anos e em 2000 muito pouca atividade desse tipo era visível” (VAN DEN BESSELAAR, 2001 apud Castells, 2003, 125). Especulando sobre esta experiência parece que esta deu certo enquanto era uma novidade motivando vários usuários para participar e expressar seus pontos de vista, ainda em um período em que a web estava engatinhando. Com o passar do tempo a experiência da DDS caiu o engajamento e esta entrou em crise e, paradoxalmente, em um período em que a web se disseminava mais fortemente e que poderia abrigar mais participantes. Parece, então, que a experiência se esgotou em si ou atendeu aos seus propósitos ou, especulando, o esgotamento do interesse em participar poderia ser atribuído ao caráter efêmero que a atividade digital carrega.

No desdobramento da DDS outras iniciativas se concretizaram “tentando encontrar uma fórmula para combater o ceticismo político” (Idem, 127) imperante entre os cidadãos. No entanto, as experiências existentes mostram que as potencialidades e possibilidades democratizantes da Internet não tem se concretizado, pois os governos usam a Internet não mais do que como “um quadro de avisos”, o mesmo acontece no Legislativo onde os parlamentares respondem aos e-mails de forma protocolar, como no caso do Reino Unido (Idem, 128) assim como a utilização pela sociedade de informações políticas instaladas na rede tem sido “marginal” (Idem, 128). O papel e o potencial da Internet, no entanto, tem que ser relativizada, pois “seria surpreendente se a Internet, por meio de sua tecnologia, invertesse a desconfiança política profundamente arraigada entre a maioria dos cidadãos no mundo todo” (Idem, 129). A Internet não pode ser vista como uma solução mágica que vai resolver os problemas da falta de participação política, ainda que contenha atributos técnicos para esse fim. Mais ainda, dada a “crise generalizada de legitimidade política” imperante no mundo contemporâneo, e a “indiferença dos cidadãos por seus representantes, poucos se apropriam do canal de comunicação interativo, multidirecional, fornecido pela Internet, de ambos os lados da conexão” (Idem, 129). Assim, por um lado, os políticos “divulgam suas declarações e respondem burocraticamente”, enquanto os cidadãos “não vêem muito sentido em gastar energia em indagações políticas, exceto quando atingidos por um evento que desperta sua indignação ou afeta seus interesses pessoais” (Idem, 129). Em outras palavras, o problema não estaria na Internet especificamente, mas na própria “crise da democracia” (Idem, 129).

Por outro lado, a Internet tem sido vista como um instrumento de aprofundamento da individualização na sociedade contemporânea. Vale registrar, porém, que antes mesmo da

chegada da Internet tem-se verificado “uma radicalização do processo de individualização” no qual o indivíduo não se sente mais “pautado pelos valores tradicionais ou nas normas, instituições e ideologias da modernidade (pátria, partidos, trabalho, família patriarcal)” (SORJ, 2003, 38). A telemática ao inserir o indivíduo no mundo de informações globais e ao aumentar seus contatos com diversas redes sociais, “participa do processo de radicalização do individualismo, na medida em que o desvincula do contexto local, aumentando suas possibilidades de inserção nos mais diversos tipos de mundos significativos” (idem, 39).

II. Objeto de Estudo e Metodologia de Pesquisa: as reflexões e ponderações até agora apresentadas referem-se a grandes agregados, como cidades, pintando um quadro pouco animador. O objetivo deste trabalho circunscreve-se ao exame das possibilidades de utilização do potencial da Internet em um universo mais restrito, tomando como objeto de análise um projeto de implantação de consulta eletrônica realizado no âmbito da APUB – Associação dos Professores Universitários da Bahia, que congrega os docentes da UFBA – Universidade Federal da Bahia e do CEFET. Este processo ocorreu quando das eleições para a nova diretoria, em dezembro de 2004, em que uma das duas chapas concorrentes apresentava a proposta de realização de assembleias virtuais produzindo um *intenso* debate no âmbito da própria rede com manifestações a favor e contra. A investigação mostra-se interessante, pois se refere a como uma elite, que estaria, supostamente, mais preparada para a utilização da Internet, reage a esta e onde não se coloca a questão da exclusão digital, dado o acesso que praticamente todos os docentes tinham ao computador e a rede. Por outro lado, a questão a ser examinada não se prende unicamente à aceitação ou não da nova tecnologia, mas recende toda uma questão política, qual seja, o uso de interações digitais para discutir e fazer política, a construção de uma nova forma de fazer política. Aí é que a questão se enriquece e se descortinam posicionamentos ideológicos bem polares. Um outro argumento para justificar o presente estudo parte do fato, visto acima, de uma desmobilização quando se trata de grandes agrupamentos (cidades) encontrando-se explicações para isto, possivelmente, no fato da grande heterogeneidade dos participantes assim como na dificuldade de engajamento em questões muitas vezes distantes de seus interesses. No caso em tela, tem-se exatamente uma situação oposta: um conjunto relativamente homogêneo do ponto de vista social (ainda que com diferenças ideológicas pronunciadas) e uma temática que envolve e une todos os participantes, ou seja, estavam sendo discutidas questões que diziam respeito diretamente a todos os participantes. Assim, o objetivo do artigo é explorar como esta comunidade se coloca no uso do instrumental do computador e da Internet. Como a Internet pode contribuir para a aceleração e consecução dos propósitos de construção de uma sociedade mais ativa politicamente? Pode-se implantar uma nova forma de fazer política? Quais são resistências à mudança proposta pela chapa que acabou sendo vitoriosa e os argumentos esposados?

Selecionamos para análise apenas os pronunciamentos mais desenvolvidos de docentes que se manifestaram sobre o assunto, deixando de lado as manifestações de simples concordância ou discordância (que, aliás, foram poucas) bem como aquelas de caráter muito subjetivo, de difícil compreensão. Ainda que tenha sido intenso, o debate realizado mobilizou apenas 21 docentes, incluídos os dois candidatos, de um universo próximo de 1500 docentes, o que mostra uma fraca mobilização para o debate. Alguns desses docentes manifestaram-se várias vezes e todos os depoimentos foram considerados. O debate realizou-se entre 04 e 21 de dezembro, encerrando-se logo após a realização das eleições. Se as críticas à realização de assembleias eram feitas com base no argumento que estas não atendiam mais, por diferenciadas razões, aos interesses de participação dos docentes, a discussão na rede também mostra uma outra fraca mobilização. Vale a pena chamar a atenção para o fato de que os docentes de várias unidades da UFBA que atuam na área em tela e que poderiam ter contribuído para o debate se posicionando, não participaram do diálogo na rede, salvo exceções, o que pode ser visto como paradoxal, merecendo investigação futura.

III. Espelho Teórico: além de rastros teóricos apresentados na Introdução, cabe situar as características essenciais do tempo contemporâneo que pode ser caracterizado como um tempo de crise e se torna “difícil pensar o presente porque o presente é a crise – e uma crise forte, complexa, que mexe com o conjunto da vida, não apenas com um ou outro de seus elementos” (NOGUEIRA, 1998, 252). Dada esta situação, torna-se “difícil construir o futuro porque a crise atual é uma *crise de perspectivas*” gerando um “forte sentimento de que o futuro, e com ele o progresso, se esvaneceu.(...)” (Idem, 253). Utilizando uma metáfora de Valéry, Nogueira (idem) observa que os homens entram no futuro com os olhos no passado e quando o futuro é negativo ou impreciso o refúgio no passado acaba sendo uma saída. Apesar dessa situação, nossa civilização está conectada ao progresso, “a história se mostra como um movimento nítido de evolução: o hoje tem sido sempre mais (complexidade, riqueza de conhecimento, tecnologia, possibilidades objetivas) do que o ontem e menos do que o amanhã” (Idem, 254). Apesar deste quadro “e em meio a terríveis conflitos e contradições, a humanidade continua viva, conquistando novas possibilidades a todo momento, rompendo limites históricos que até então bloqueavam a autodeterminação, a liberdade, a inteligência, a criatividade, o diálogo de todos com todos” (Idem, 255). Dessa citação esperançosa, retiramos que o diálogo de todos com todos pode ser possibilitado pela Internet.

Os processos de mudança pelo qual estamos passando “afeta a produção e o mundo material em termos imediatos” assim como o “plano espiritual” onde “a mudança vem com um sabor de desconforto, de insegurança” (Idem, 258). A mudança acaba sendo “ativada pela revolução da microeletrônica que subverte técnicas e sistemas produtivos, pela revolução informacional que modifica a relação dos homens com o tempo e pela alteração das bases mesmas da vida em sociedade” (Idem, 258). Como vemos, os efeitos são grandiosos, estamos vivendo uma época de transformações violentas e muito rápidas. “Nunca como hoje reuniram-se tantas condições para uma construção inteligente do futuro” identificadas, entre outros fatores, pelo “avanço tecnológico e científico” bem como pelo “salto gigantesco em termos de comunicação e acesso a informações” assim como pelo “surgimento de novos espaços de troca e convivência” que podem resultar em um “aumento das chances de fundação de uma democracia de novo tipo” (Idem, 255). Essas reflexões mostram o papel central desempenhado pelas novas tecnologias de informação e, ainda que o autor não especifique, podemos identificar nesses novos espaços a internet (web) e postulamos que a democracia de novo tipo não se reduz a uma democracia virtual, mas a uma democracia onde as relações digitais podem desempenhar um papel central para a construção de um novo arranjo democrático. Por outro lado, qualquer “mudança (sócio-histórica ou meramente organizacional) é acima de tudo *desafio*” (idem, 256) e o desafio de mudar encerra muita “dramaticidade” expondo “o quanto a mudança impõe de risco, de medo, de insegurança, o quanto ela estimula o conservadorismo que existe em cada um de nós” (Idem, 256). A mudança é uma aventura que “mexe com a segurança (neurotizante, digamos) de cada um” e é “árdua e difícil, em suma, porque os homens tendem a não largar as categorias com que representam o mundo – categorias determinadas por circunstâncias históricas concretas, portanto socialmente necessárias” (Idem, 256). Se, por um lado, nas reflexões apresentadas podemos identificar uma forte tendência de resistência à mudança, por outro, podemos perceber também que pode existir uma “visão mágica e ingênua do futuro, tempo que encarnaria ou a salvação ou a incerteza” (idem, 256). Trazendo essas reflexões para o tema deste artigo, se existe um forte apego ao passado implicando em uma resistência à mudança, também se pode enxergar o futuro de forma mitificada ou como um tempo de salvação.

Dois grandes grupos podem ser identificados em suas posições quanto à nova era do futuro. De um lado, os otimistas enxergam “[d]escentralização, interatividade, multimídia, transnacionalidade e transculturalidade” enquanto os pessimistas vêem “isolamento e

alienação, comercialização sem tréguas dos espaços público e privado e o surgimento de novas formas de colonialismo digital e diferenças sociais de classe” (DOMINGUES, 1999, 117). Ainda que este futuro em grande parte já esteja presente em nossa realidade e que essas inquietações provêm do *distante* 1997, e que muito do que se esperava já se tenha realizado e aprofundado, ainda não é possível fazer afirmações mais assertivas a respeito de um futuro um pouco distante. Domingues vai desenvolver um raciocínio no sentido de verificar que ao invés de “mediada sobretudo por contatos imediatos, a existência no mundo moderno se passa em grande parte no meio (rarefeito talvez) dos contatos mediatos e midiáticos” (Idem, 118). Esse processo inicia-se com a escrita culminando, hoje, “na Internet e, para a maioria de seus usuários, no correio eletrônico e na World Wide Web” (Idem, 118). Vale observar não haver, “nos primórdios da espécie humana, forma de comunicação que dispensasse a presença dos interlocutores em um mesmo local” (idem, 119), mas com a melhoria das estradas e de condições de “pacificação”, os correios puderam se desenvolver expressivamente. “A escrita e meios de transportes mais efetivos que as pernas humanas foram paulatinamente possibilitando a superação de relações limitadas a espaços específicos” (Idem, 119). À aceleração dos meios de transporte (tração animal, navios e trens a vapor, automóveis, ônibus, aviões) além das novas formas de comunicação (telégrafo, telefone, rádio) se somou a “rede informatizada e digitalizada, para produzir alterações de enorme impacto na vida social, as quais alteram a própria relação entre simultaneidade e co-presença” (idem, 119). Se antes as relações de co-presença eram não-simultâneas, agora passam a poder ser simultâneas, ou seja, passam a ter resposta imediata. Emerge assim o que Domingues chama de “ação à distancia”, possível a partir da “*mediatização* das relações sociais” (Idem, 119). O que se deve perceber é que a convergência para a simultaneidade é um processo que tem início em um passado distante, não é nada absolutamente novo ou contemporâneo. À medida que as tecnologias evoluíam, a simultaneidade tem se tornado cada vez mais factível e recorrente. Assim, não deve ser encarado como um produto totalmente novo, mas um produto que vem sendo construído pela humanidade através dos tempos. Não há razão, portanto, para tanto espanto. Somos cada vez mais *simultâneos* e já temos alguma *simultaneidade* há bastante tempo. Não há como negar que “essa enorme mudança proporcionada pela expansão das possibilidades de “telepresença” sincrônica e assincrônica é que ela altera totalmente a organização do espaço-tempo” (Idem, 120). Essa mudança se expressa pelo fato de que “a relação entre as pessoas de faz com maior velocidade, com proximidade, passando a ter pouco a ver com a disponibilidade da presença física” (idem, 120). Os impactos se dão no comércio, nas finanças, nas relações pessoais e familiares bem como nos movimentos sociais o que “nos ajuda a perceber que nossa percepção do mundo, nossas formas de experiência fazem a ele, são profundamente transformadas”. As relações pessoais quanto as econômicas ou políticas, científicas ou culturais, “sofrem o impacto poderoso das cada vez mais importantes formas de comunicação mediáticas” (Idem, 121). Parece ser bastante difícil, senão impossível, de escapar dessas novas formas, como não se escapou de outras construídas anteriormente. Cabe ainda levar em conta que as redes eletrônicas “não substituem as redes constituídas nas relações face a face, que continuam a ser a principal fonte de relações de confiança e afeto” (SORJ,2003,42). Não dá para negar que a Internet permite “a intensificação do intercâmbio e a diversificação das redes sociais, mas isso não tem sido suficiente, até o momento, para substituir ou modificar os laços sociais que se estabelecem na convivência direta...” (idem, 42). Um paralelo pode ser traçado pela questão da Internet na educação, ela “pode ser complementar, mas não substitui a função do professor” (idem, 46). “Pela palavra (e emoção) do professor a criança obtém os instrumentos intelectuais que lhe permitirão desenvolver o raciocínio e a autonomia analítica, fundamental, inclusive, em tempos de Internet, já que a disponibilidade de uma quantidade praticamente infinita de informação pode ser quase tão paralisante quanto sua carência” (idem, p.46).

Um outro crítico da Internet explora o fato de que “as interações na rede são somente um pálido substitutivo das interações cara-a-cara, isto é, das verdadeiras interações” (SARTORI, 2001,40). O interagir “é um contato empobrecido que afinal nos deixa sempre sozinhos diante de um teclado” (idem). O autor admite que “as potencialidades da Internet são quase que infinitas, tanto no mal quanto no bem” (idem, 42). As possibilidades positivas residem no uso do instrumento para a obtenção de informações e conhecimentos. “Mas a maioria dos usuários da Internet não é deste tipo e, na minha previsão, nem vai ser” (idem). Seriam “analfabetos culturais que matarão o tempo na Internet, um tempo vazio na companhia de “almas gêmeas” esportivas, eróticas, ou entretidos em pequenos *hobbies*” (idem, 43).

A compreensão do papel da Internet envolve ainda um outro aspecto, qual seja, as novas tecnologias eliminam o conflito, invisibilizam os sujeitos da ação. “As formas da política, que ancoram nas formas da sociabilidade, entram em colapso, sobretudo a relação entre classe e representação”. Mais que isso, forjam-se “tentativas de criação de uma nova esfera pública, através do uso inovador da Internet. Manifestos, subscrições, denúncias, correm hoje pelo sem-fio eletrônico, mas seu efeito ainda é limitado, sobretudo pela invisibilidade ou pela anulação da fala” (OLIVEIRA, 2007, 294).

Conforme exposto até agora, o foco tem sido na Internet, mas cabe ainda um outro bloco de considerações sobre outros componentes eletrônicos, que não a Internet, e que têm colaborado fortemente para a individualização, acima apontada, do mundo nas últimas décadas. Assim, as lojas de departamentos e os supermercados funcionam com base em pouca ou, no limite, nenhuma interação entre vendedores e compradores. E isto não tem nada a ver com a Internet, ou seja, o mundo real (não virtual) encerra relações que praticamente não são face-a-face, podem não conter diálogos, ainda que os interlocutores estejam presentes e um frente ao outro. Em outras palavras, não precisamos ir ao mundo virtual da Internet para encontrar relações onde as interações face-a-face não ocorrem ou escasseiam. O mesmo pode se encontrar nos banco, onde, cada vez se reduz mais a possibilidade de se contactar um caixa de banco, ficando as relações face-a-face constituídas por relações face-a-máquina. O mesmo acontece com os (famigerados) call-centers. Novamente, não se está no mundo virtual, não se está no âmbito da Internet. Estamos, então, defendendo a idéia de que o mundo real já está marcado por um processo de individualização, ou de solidão, de isolamento, insulamento que tem sido apontado como característica (praga?) do mundo virtual.

O material teórico mostra que a questão comporta vários posicionamentos, alguns colocados com muita ênfase, talvez dramaticidade. A Internet, o uso desta, compreende tantos aspectos positivos como negativos, não há dúvida. Na verdade, o que se sente é um processo histórico que se impõe, que se afirma e ao qual parece ser difícil resistir.

IV. Pesquisa Empírica: passemos, agora, ao exame das diversas manifestações feitas na rede a respeito das mudanças propostas de construção de consultas e assembléias virtuais pela chapa de oposição à diretoria da APUB. É oportuno mencionar que todo o material apresentado nesta seção foi colhido na lista de debates da UFBA, chamada debates-I-admin@listas.ufba.br no período de 4 a 21 de dezembro de 2004. Os participantes desta lista cujas contribuições foram incorporadas neste presente trabalho não serão identificados. O candidato à reeleição para presidência da APUB (biênio 2004/06), Antonio da Silva Câmara, pela chapa “APUB em Movimento” mostrava, em carta aberta colocada na rede, seu “compromisso” por uma “Universidade Pública, Gratuita e de Qualidade” assim como firmava sua posição de “defesa intransigente da Universidade Pública, da democracia e do socialismo”. Afirmava também sua luta contra a “privatização” da Universidade dizendo pertencer ao conjunto daqueles que “não se renderam ao individualismo e ao institucionalismo”. Dizendo-se um defensor do sindicato e da importância das lutas sindicais refuta as críticas da chapa opositora (“Outra ANDES/Outra APUB”) à sua gestão que “acusa

a atual direção de grevismo e *assembleísmo*” (ênfase acrescentada) propondo, esta chapa opositora, “a substituição da votação direta pela consulta informatizada”. No documento, expressa “que recuperou a credibilidade do sindicato” e ao se defender da acusação de grevismo, pondera que “as deliberações sobre a oportunidade ou não de se iniciar uma greve é de responsabilidade das bases docentes, que, após ampla divulgação de pauta e informação através de boletins, do endereço eletrônico da entidade, carta e correio eletrônico, é convidada a comparecer às Assembléias para tomar deliberação. Cabe à direção da entidade posicionar-se e encaminhar os resultados das Assembléias. E foi isto que fizemos ao longo destes dois anos”. O documento subsidia esta afirmação com a informação de que neste período “foram registrados 2900 assinaturas no livro de Atas correspondentes às AG’S sindicais, e mais de 300 nas AG’S com pauta específica do Plano de Saúde”. Prossegue seu proselitismo afirmando que sua gestão e a ANDES fizeram todos os esforços de negociação evitando a greve (referindo-se a última naquele período) e que esta “só ocorreu depois do governo [Lula] ter descumprido com promessas realizadas em audiência com a diretoria do sindicato”. Acrescenta ainda no tocante ao episódio da greve que “as deliberações partiram das bases que se fizeram presentes nas instancias deliberativas”. Ao ponderar que também existiram outras greves anteriores à sua gestão, pergunta se estas gestões anteriores seriam também consideradas “grevistas”. Sua crítica à chapa concorrente se substancia nos seguintes pontos; “[a] investida principal de “Outra ANDES/Outra APUB” é contra o mecanismo de deliberação da categoria; a chapa 2 propõe a extinção e/ou minimização da Assembléia presencial e a instituição unilateral de Assembléia virtual”. Continuando, afirma que esta “posição, aparentemente pluralista, substitui a deliberação política em fóruns públicos, com a presença coletiva, pela solitária decisão mediada pela tecnologia da informática. Em nome da liberdade de opção, propõe-se uma subordinação à razão instrumental”. Lembra, ainda, que os sindicatos, os movimentos dos trabalhadores, partidos e movimentos sociais “superaram a esfera das relações privadas através do debate público e da deliberação coletiva”. Câmara reconhece que os “novos meios tecnológicos permitem sim a ampliação do debate”, mas argumenta que, “porém, se utilizados em substituição à formação de decisões coletivas em Assembléias, eles podem se converter em instrumentos de dominação de correntes virtuais sobre a sociedade”. Lembra ainda a questão da “exclusão daqueles que, por diversos motivos, não utilizam os meios virtuais” e que, então, a ““democracia virtual” torna-se, assim, a mais plena exclusão dos trabalhadores”. Apõe, ainda, o documento que, tomando o caso da UFBA, “isto pode ser observado através das listas de discussões em que um grupo seletivo de colegas participa ativamente, enquanto os demais passam ao largo do uso dos potenciais tecnológicos”. Prossegue o proponente colocando de forma enfática a questão: “[f]ragmentar, isolar, exigir a adesão a idéias já prontas; criar mecanismos de deliberação prévia, criar vontades artificiais e pouco discutidas; estimular o isolamento dos docentes, o aprisionamento no laboratório, à sala de estudo; desarmá-lo das lides políticas efetivas, não seriam os objetivos do uso inadequado da informática?”. Na seqüência, o candidato endereça uma crítica a chapa opositora; “[n]ão estariam os seus propositores destruindo as entidades, atomizando as decisões, impondo recuo às formas democráticas das classes trabalhadoras?”. Pode-se perceber a partir destes elementos que os argumentos expostos pelo candidato Câmara revelam que a tecnologia da informação ainda que amplie o debate traria dentro de si componentes de dominação e de exclusão e que estariam a serviço de interesses de fragmentação e isolamento dos docentes ferindo o ideal democrático. A partir dos documentos iniciais das duas chapas desenvolveu-se um debate digital entre docentes. As contribuições serão aqui apresentadas de forma cronológica de modo a detectar reações às manifestações anteriores. Apenas serão selecionados os trechos que contribuem para o objeto de interesse deste artigo. Procurou-se, também, evitar, ao máximo, referências pessoais de ataque ou de auto-elogio, que só foram incorporadas quando faziam parte inescapável da argumentação.

Começando esta colheita, uma primeira inserção mostra que o participante está tentando se acomodar à nova situação. “Me habituei a olhos nos olhos, timbre de voz, cheiro, calor, gesticulação, enfim, me acostumei a pessoas. Agora, estou tentando me adaptar a tela. É péssimo” (DOCENTE 1). Reconhece que existe “uma discussão colocada e muita pouca participação” (Idem). Frente a nova ambiência registra que “[a]os poucos vou me acostumando a clarear idéias e aprendendo a construir mensagens” (Idem), indicando que a nova forma trazia dificuldades. Adiciona que está preparado para as reações no meio virtual “[s]obre as tacadas, mesmo que fortes, elas passam, fazem parte...” (Idem), o que indica que no meio virtual também, é óbvio, se encontra a possibilidade de ataques, de contraposições. O debate se aquece quando surge na rede um manifesto assinado por 300 professores de apoio à chapa “OUTRA APUB” afirmando que os docentes e a APUB “estão hoje totalmente distantes de nós, professores da UFBA e do CEFET” expressando que seriam “poucos” os que “se sentem representados pela APUB” (MANIFESTO). “Assembléias diminutas tomam decisões essenciais por todos nós. Os modos de deliberação não se ampliam abrangendo também novos formatos possibilitados pelos novos tempos e obrigatórios em um processo de democratização da APUB” (idem). O manifesto sugere a necessidade de busca de novos formatos, onde os “novos tempos” se referem às novas tecnologias. Ao indicar a necessidade de “aprofundar e ampliar a democracia da APUB através da introdução de novos modos de deliberação e de participação de todos os professores da UFBA e do CEFET” (idem), implica que as novas tecnologias poderiam cumprir este papel. Além desta mudança, o documento também expressa a necessidade de “independência de nossa entidade frente às instituições, aos governos, aos partidos políticos, assegurando uma defesa intransigente dos interesses da categoria, da universidade pública e gratuita e de uma sociedade justa e democrática” (idem). Posiciona-se a favor de um sindicato com “capacidade de lutar e de negociar, quando necessário” (idem). Estas manifestações políticas indicam que esta chapa também tinha postulações políticas propriamente ditas, o que seria de se esperar, para afastar qualquer idéia que se assentava apenas na mudança tecnológica de ascultamento da comunidade. Uma manifestação seguinte traz a interessante constatação do interesse e da mobilização política que a eleição estava trazendo à comunidade da UFBA/CEFET: “[f]ui um dos 7 (SETE !!) presentes ao debate entre as chapas, que não faz parte de nenhuma das chapas ou da comissão eleitoral, ocorrida na última quinta feira em arquitetura” (DOCENTE 2), levando o docente a identificar um “esvaziamento do debate” o que, em sua apreciação, só faz “reforçar que precisamos ampliar os nossos mecanismos de participação e de decisão. Não podemos ficar amarrados apenas ao voto em assembléia para tomar decisões importantes como a de participar de uma greve ou apoiar financeiramente a invasão de prédios públicos” (idem). Esses dados confirmam a desmobilização impressionante dos docentes, falta de interesse o que pode ser atribuído às formas consagradas de encaminhamento dos debates, ou seja, a forma tradicional assembléia e/ou a razões mais estruturais como o esvaziamento da política em geral. O proponente indica a necessidade de “discutir meios de participação e de decisão que facilitem aos associados exercer os seus direitos” (idem) e revela ter participado das assembléias, mas não entende que “isto deva ser uma obrigação para expressar meus anseios e votar” e que para sua “opinião valer” seja obrigado a participar de assembléias. Clama: “exigo o direito de ter meu voto considerado sem ser obrigado a participar de assembléias. Sou cidadão, não ativista. Quero ser associado/cidadão dentro da APUB sem ter que ser associado/ativista” (idem). Esta afirmação faz uma distinção clara entre os limites que o próprio interessado coloca para a política, mais especificamente para o seu modo e desejo de fazer política: participar, ter presença decisiva na vida política da associação, mas sem a necessidade de ser um ativista, o que parece ser a posição de uma parte, talvez grande ou mesmo a maioria, dos associados. Na seqüência, o proponente considera que existem “muitos e variados” meios de participação e discussão, sendo a assembléia geral apenas um deles,

considerando também o voto nas unidades da universidade, “voto pela internet”, além de assembleias por unidade. Menciona em sua mensagem, com surpresa, que um colega da Chapa 1 “expressou sua profunda preocupação e medo com o voto pela internet” e ponderando não ser este colega “um excluído eletrônico, pergunta: “então, porque tanto medo?”. Registra, ainda, que esta situação trouxe-lhe preocupação levando-o a se questionar: “Será que ele tem razão e a ampliação dos meios de consulta e voto podem destruir nosso movimento?”(idem). Em sua percepção, entende que não, que “isto não tem qualquer sentido”. Encerra afirmando que o que “acontece com o colega (...) é que ele tem medo de DEMOCRACIA” (idem) (ênfase no original).

Escusado dizer que a participação seguinte vem do colega citado, docente 3, respondendo ser “óbvio que os meios de comunicação eletrônica, facilitam e ampliam as possibilidades de debate” e que isto tanto é verdade que “estamos aqui nesta lista a debater nossas diferenças, em função da facilidade que os meios virtuais nos proporcionam” (DOCENTE 3). A concordância termina neste ponto identificando o respondente que a “radical diferença” com a chapa 2 reside em entender que o “espaço coletivo de discussão”, ou seja, “o espaço legítimo e soberano da assembleia”, onde se manifestam “a opinião individual e coletiva dos professores, através da VOZ E DO VOTO” (idem) (ênfase no original) “seja substituído pelo ato solitário, isolado e individualista de apertar uma tecla, no conforto do ar condicionado de um gabinete” (idem). Propõe, o docente 3, assim, um confronto entre o espaço da assembleia que seria o espaço da voz, do coletivo e o espaço da manifestação digital que seria um ato individualista sem o calor (físico e emocional, presumo) do ambiente da assembleia e, portanto, distante da verdadeira realidade. Ainda que o espaço da assembleia seja indubitavelmente um espaço coletivo, vale a pena notar que o ato de votar, não em assembleias onde normalmente o voto é a descoberto, mas em todas as eleições (legislativo e executivo), o voto é individual e solitário, seja na urna ou no teclado. Assim, o ato de votar solitariamente em si não é negativo, mas democrático, com ar condicionado ou não.

Prossegue o respondente afirmando que quem demonstra medo da democracia “são aqueles que buscam se esconder atrás de um teclado de computador, ao invés de enfrentar o debate franco e democrático, que uma assembleia proporciona” (idem). Por outro lado, entende o docente ser “a internet ótima pra muitas coisas!!!” Mas para namorar” (idem). Certamente esta é uma visão bastante restrita da internet e de suas possibilidades. Entende que, no entanto, “para decidir os rumos de nossa universidade, nesse momento tão crítico que vivemos, professor, eu prefiro o contato “corpo a corpo”, e o debate franco, direto, democrático e real” (idem). Vemos aqui, mais uma vez e com outros argumentos, a contraposição entre o debate real e o virtual, onde os defensores do primeiro apontam que este ocorre no contexto dos “olhos nos olhos”, “timbre de voz”, “gesticulação”, “corpo a corpo”, ausentes na segunda possibilidade.

Também em resposta ao docente 2, o docente 4 diz concordar com “as várias formas de participação dos professores” afirmando ter “defendido que as questões mais importantes devam ser votadas usando recursos que possam envolver o maior número possível de professores” (DOCENTE 4) apontando o exemplo da Universidade Federal do Ceará onde têm sido utilizadas urnas eletrônicas do TRE e, em média, a participação dos docentes tem sido de 91% entendendo que “podemos, pelo amor à democracia, seguir esse caminho...” (idem). Uma outra ponderação vinda do docente 5 mostra sua preocupação com a “questão da participação ativa ou mediada eletronicamente” indicando que não se pode “reduzir o debate sindical e a definição de suas diretrizes de luta ao mero problema participativo, achando que sua substituição por um meio passivo, vai resolver o problema da luta sindical.” (DOCENTE 5). O docente confessa que vive “mediado pela intra e internet, não tenho trauma algum com este meio, apenas penso que ele jamais em tempo algum pode ou deve substituir a vida. Entramos cada vez mais na falácia da fábula eletrônica, na mediação de uma “teletela” ou de

uma “matrix”” (idem). O que se verifica aqui é a contraposição entre a vida, que seria o mundo real na proposição do docente, e um mundo virtual que, então, não seria a vida. Esta seria, assim, composta apenas de relações presenciais, o que, nos parece, reduzir muito o contexto verdadeiro das relações humanas e de construção da própria vida, desconsiderando toda a História que mostra a presença de elementos virtuais desde longa data.

Uma brevíssima inserção pondera que “essa história de “democracia virtual” parece onanismo político” (DOCENTE 6). Fazendo um balanço das vantagens e desvantagens das duas posições e expressando “opinião a respeito da democracia, com ou sem internet, no âmbito da APUB”, docente 7 entende como “extremamente positivo o uso da internet ao invés das assembleias” arrolando as seguintes razões: “i) nas assembleias geralmente perde-se um turno inteiro de trabalho; ii) nas assembleias existe normalmente uma baixa percentagem de associados; iii) pela internet tem-se tempo para pensar e amadurecer sobre os assuntos; iv) se você não pode comparecer às assembleias fica fora das decisões; v) usando a internet, antes de expressar sua opinião, você poderá trocar algumas idéias com colegas, amadurecendo seu ponto de vista; vi) pela internet, não existem pressões e manipulações, comuns em assembleias universitárias. vii) quando todos opinam (sic) [opinam] livremente e quando todos tomam conhecimento, está criado um cenário de reflexão, crescimento e maturidade” (DOCENTE 7). O docente aponta aspectos positivos do uso da internet que, em sua opinião, estariam contribuindo para o aperfeiçoamento das decisões e, portanto, para a democracia, como a superação da existência de pressões e manipulações nas assembleias universitárias (certamente em todas). Indica ainda a possibilidade de uma maior reflexão e amadurecimento nas decisões através do voto digital.

O posicionamento da docente 8 não foca diretamente no tema de nossa investigação, mas traz elementos referentes à participação dos professores que, afinal de contas, é o objeto de fundo deste processo e que levou a uma oposição entre as duas chapas, entre outros aspectos. Assim, identifica em nível mundial “as dificuldades por que passam TODOS os movimentos sindicais, contra os quais o neo-liberalismo tem dirigido parte significativa das suas políticas destrutivas” (DOCENTE 8). Trazendo para o âmbito do Brasil, atribui o “maior golpe contra o movimento docente” (idem) [ênfase no original] ao Ministro Paulo Renato, do governo Cardoso, “quando dividiu o movimento sindical ao acentuar as diferenças salariais entre docentes pós-graduados e o resto” (idem) e que, assim, “os doutores, satisfeitos, não mais se empenharam em participar das lutas sindicais” (idem). Ela aponta como “caso raro” algum doutor comparecer nas assembleias “denunciando estes fatos” (idem). Diagnostica ainda que estamos “cuidando das nossas vidinhas particulares”, o que está gerando essa “abstenção” (idem). Em sua visão, o fato dos docentes, mais especificamente os doutores, não estarem interessados em participar das assembleias estaria substanciado nessa política governamental, e que seria uma posição ingênua por parte dos docentes, pois seus salários também seriam “corroído[s]” pela inflação. Por esta razão clama que “um voto consciente e correto politicamente” seria o voto em Câmara para romper com o “ceticismo banal que está instalado na UFBA” (idem) sugerindo que “quem não acompanha os acontecimentos a nível local e nacional deveria abster-se, e não votar irresponsavelmente” (idem).

A posição do docente 9, pela sua densidade e contundência, merece ser transcrito na íntegra. “QUANDO O ABSURDO PASSA A SER ENTENDIDO COMO NORMAL. ESTOU DE ACORDO COM O ABSURDO: VAMOS TODOS USAR A INTERNET PARA TUDO. DAREMOS AULAS PELA INTERNET – para que irmos à sala de aula ficar irritado, cheirando pó de giz? Posso ensinar a partir de minha cama, do meu quarto. Não gastarei combustível e nem estarei exposto à violência. TIRAREMOS DÚVIDAS PELA INTERNET; Aplicaremos exercícios e forneceremos os gabaritos pela internet”. Prossegue o docente destilando sua ironia. “Já podemos fazer quase tudo bancário pela internet; Faremos reuniões do Conselho Universitário pela internet; Faremos reuniões de departamento pela internet.;

Iremos defender teses e participar de bancas de defesas de tese pela internet; Faremos reuniões da Congregação pela internet; Faremos sexo pela internet; (...) Quem não desejar participar de assembleias democráticas da APUB em 2005 sob a presidência do Prof. Antonio Câmara, que crie a APUIBA: associação dos professores universitários internauticos da Bahia. Com Câmara na APUB você vão ter [sic] que ir à ASSEMBLEIA DA APUB nem que seja na marra. Você vão ter [sic] que engolir um Câmara barbudo” [ênfase no original] (DOCENTE 9).

Mantivemos as letras maiúsculas entendendo que o manifestante estaria falando alto, gritando se ao vivo fosse sua participação. Ironias, sarcasmos ou agressões à parte, o docente 9 faz uma crítica contundente do uso da tecnologia da Internet para discussão e deliberação política. Muitas de suas afirmações críticas já são usadas no ensino à distância ou em defesas de dissertação e teses usando o viva voz. Encerra sua postulação indo além da sugestão da docente 8, acima apresentada, argumentando que caso seja eleito o seu candidato os docentes teriam que ir às assembleias compulsoriamente, o que certamente se afasta de um posicionamento democrático. O docente 9 certamente se situa não apenas no campo dos pessimistas em relação à internet, mas talvez nos hiper pessimistas, pois não consegue enxergar nenhuma utilidade ou validade da internet. Aos argumentos do docente 9 assim se manifestou o docente 10: “[u]m pouco mais de educação e respeito aos colegas fariam muito bem à UFBA” (DOCENTE 10) ao que retrucou o docente 9: “[s]ou uma pessoa educada e tenho o mais profundo respeito para com o ser humano, tanto é verdade, que percebo o quanto as pessoas gostam de mim (sem falsa modéstia)” (DOCENTE 9). Em seguida, volta-se para a consideração da proposta do docente 7 que entende como “de tirar do sério qualquer ser humano” pois “[u]sar a internet como instrumento de decisão é um retrocesso antropológico e reduz o ser humano a um robótico” (idem).

Prossegue o debate virtual com a inserção do docente 11 que, após manifestar apoio às “proposições inovadoras” do docente 2 complementadas pelo “construtivo exemplo da UFCE” trazido pelo docente 4, comenta que “[e]xiste, portanto, vida inteligente na Universidade Brasileira” (DOCENTE 11). Na seqüência, retorna o docente 6 que respondendo ao 7, coloca, também, ao que parece, de forma irônica, a questão “[q]ue tal ampliar o critério para reunião de Departamento, de Colegiado, de Congregação, de Consepe (e das Câmaras) e Consumi? Também não se perde um turno, também não há pressões, etc, etc.”. E complementa; “[e] que tal as aulas virtuais por internet?” Ao reconhecer que as assembleias não têm quorum mínimo para deliberação aquiesce ao apresentar a proposta de “instaurar um quorum para assembleias da APUB, seja qual for a chapa que ganhe” (DOCENTE 6). O docente 5 retorna trazendo uma outra visão que supera a dicotomia entre assembleia presencial e virtual ao comentar que “o problema da participação tem raízes mais profundas que a mera possibilidade de ir ou não a uma assembleia e não será a virtualização da consulta que ampliará isso. A dita apatia não é fruto do assembleísmo, ela vem sendo construída faz um certo tempo. O esvaziamento sindical e a consciência de classe transformaram-se em luta individual onde o darwinismo impera” (DOCENTE 5). A posição exposta encontra respaldo na formulação teórica e histórica acima apresentada que mostra um avanço do individualismo e da perda da visão coletiva imperante na sociedade atual.

Posicionando-se a favor das novas formas de consulta e debate, o docente 12 postula que “devemos ser capazes de (i) inventar, criar novos modos de interação, sem ficarmos a repetir o eterno refrão de que as assembleias são os fóruns soberanos de discussão, etc”. No mesmo veio de raciocínio, afirma que “tradição é uma coisa que pode ser boa, mas o mesmo vale para a mudança e inventividade” e conclui que “(ii) devemos ser capazes de inserir as novas tecnologias em nossos espaços de debates, assim como devemos ser capazes de fazê-lo em outros espaços de nossa prática profissional” (DOCENTE 12). A posição aqui defendida mostra uma maior abertura ao uso da tecnologia e não só no espaço específico da decisão

política nas assembleias, mas também em outros setores da vida profissional, mostrando uma posição não tecnofóbica.

A contribuição do docente 13 expressa bem o conflito que está por detrás da opção pela adoção de tecnologias virtuais para o processo de decisão frente à processualística do espaço das assembleias presenciais: “é ridícula a proposta de substituir as Assembleias reais por consultas via internet. A Net deve sim ser acionada para divulgar propostas a serem apreciadas nas assembleias evitando-se assim que aqueles professores que não são “ativistas aparelhados” sejam tomados de surpresa com propostas que parecem ter surgido na Assembleia mas que foram cuidadosamente ensaiadas de antemão e acerca da qual o grupo que a propõe já tem questão fechada, tornando os demais em simples “massa de manobra” (DOCENTE 13). Pergunta ainda o docente: “Quem não conhece esta tática?”. Prossegue com outra pergunta em tom de afirmação: “[d]e que adianta fazer assembleias quando certos grupos não vão às mesmas para discutir suas idéias mas para impor resultados *no grito* e usando estratégias, no mínimo, eticamente contestáveis?” (idem) (ênfase acrescentada). No mesmo viés coloca uma outra pergunta: “por qual razão as assembleias já não atraem as pessoas? Foi o instrumento “assembleia” que se desgastou face à nova conjuntura política ou foram diretorias irresponsáveis que fizeram-na entrar em completo descrédito por tê-las transformado em palco para manobras escusas?” (idem). Acredita o docente 13 que “as assembleias continuam a ser o fórum ideal para as discussões e tomada de decisões democráticas”, pondera, no entanto, que: “me recuso a ser “usado” para ratificar politicagens baratas” (idem). Acredita que quando as assembleias forem pensadas como fóruns de debates de assuntos relevantes voltarão a serem “atraentes e os auditórios voltarão a ficar apinhados de pessoas interessadas” (idem). Conclui dizendo que é sobre isto que se deve pensar “e não em assembleias virtuais, pseudo-democráticas” (idem). Observa-se aqui um terceiro tipo de posicionamento: por um lado, não aceita as ponderações de um esvaziamento dos sindicatos ou das entidades de classe, desacreditando totalmente por outro lado, das assembleias virtuais visualizando a saída no redirecionamento das assembleias para os reais interesses dos associados.

Prossegue o debate virtual com o retorno do docente 1 prestando solidariedade ao 9 e ponderando que “[t]er a NET com instrumento de discussão é novo e moderno, nunca como meio de decisão. É potencializar a desumanização dos processos” (DOCENTE 1). Reconhece que as assembleias estão “vazias” entendendo isto como “reflexo de tudo que estamos vivendo nesse início do século XXI” (idem) e que se expressa “no condomínio, na reunião de país e mestres, nos clubes sociais, até em bloco de carnaval, onde os associados se contentam em receber o abadá e não passar pelas decisões de Diretoria” (idem). Prescreve que “nos falta criatividade e vontade (...) de comparecer para discussões coletivas”. Observa que os políticos “inventaram o SHOWMICIO. O povo voltou à praça pública” (idem). Encerra apontando que os fóruns de debates “estimulam”, mas que na sua faculdade isto foi “destruído e se pede votos na calada dos corredores”. Admite ainda que “sejam virtuais, mas que não se perca o contato dérmico” arrematando que os “chats de sexo estão lotados!” (idem).

Continuando na linha irônica ou jocosa, retorna ao debate virtual o docente 9 fazendo uma simulação imaginando uma possível eleição do candidato Câmara e frente a uma convocação de assembleia, “a turma da chapa 2 (leia-se assembleia virtual) começa trocar figurinha pela internet até instantes do início da assembleia” ponderando se deveriam os 308 que apóiam a chapa adversária a votar a favor ou contra culminando com a seguinte proposta; “[q]ue tal chegarmos lá e todos os 308 pedir inscrições para falar e inviabilizar a assembleia?”. O próprio docente comenta: “ACHO QUE ESSA IDÉIA (que eles não tiveram e nem têm) RESOLVERIA O CASO FREUDIANO DA DEPENDENCIA CIBERNÉTICA” [ênfase no original] (idem). Conclui informando que na assembleia de seu condomínio são 40 votantes, mas comparecem apenas 5 que “decidem, todos concordam, ninguém reclama de estar sendo

privado do direito de voz, todos somos felizes. Graças a DEUS essa panacéia virtual ainda não foi proposta” (idem). Pelas colocações acima, o proponente mostra estar “feliz” com a situação exposta, mostrando uma posição intransigente de repudiar qualquer mudança na forma de votação, mesmo que apenas 5 de uma população de 40 se manifestem.

Um outro docente se apresenta se colocando a favor do uso da Internet “como espaço para discussões e votações” sentado no argumento de que “nem sempre (ou quase nunca) as assembleias são espaços verdadeiramente neutros de discussão” (DOCENTE 14). Isto ocorre porque algumas “manobras regimentais” podem “distorcer por completo os resultados”, tais como, “questões de ordem, encaminhamentos, encerramento súbito das inscrições para falar ou o seu prolongamento proposital quando os inscritos são favoráveis à mesa” (idem), entre outros. Ainda um outro argumento é esgrimado ao indicar que “as assembleias nunca são uma amostragem representativa da categoria e se constituíram em uma espécie de ditadura dos loquazes sobre aqueles que, por natureza, não são, ou não querem ser, oradores” (idem). Observa ainda que nos anos em que frequentou as assembleias da APUB “os inscritos para falar são quase sempre os mesmos, com discursos semelhantes, sempre muito aplaudidos por suas platéias” (idem). Por outro lado, “a grande maioria, por constrangimento, ou até mesmo para evitar apupos, prefere o silêncio” (idem). Conclui com uma pergunta: “[p]oderá este espaço ser considerado democrático?” (idem) abraçando o caminho do espaço das listas de discussão onde “reflexões serenas” permitem chegar a um voto “refletido e desprovido de paixões espúrias e das manipulações regimentais” (idem).

Uma posição distanciada das duas dominantes se encontra nas ponderações do docente 15 que se diz preocupado com “a chacota e a deselegância de alguns e-mails que se colocam contra “se pensar” (veja bem, não é utilizar) ou discutir novas formas de participação política através da Internet” (DOCENTE 15). A crítica aqui se dirige àqueles que nem querem discutir as alternativas de participação política digital. Aduz o proponente que “discutir novas formas de participação não significa aderir a esta ou aquela chapa” o que o autor atribui a “um reducionismo atroz, produto de mentes que só enxergam polaridades e divisões binárias no mundo” (idem). Diz lamentar a ausência de uma alternativa e que essa discussão da “utilização das novas tecnologias no processo da participação política tenham sido relegadas à vala comum do binarismo simplista que tomou conta da UFBA” (idem).

Um outro conjunto de preocupações pertinentes emerge com a possibilidade da tomada de decisões no meio eletrônico; “regras diferentes da assembleia serão feitas, portanto mecanismos de controle serão empregados” assim como “[o]s que não falam, também podem não querer digitar ou expor suas idéias na rede (...) a votação ainda assim, estaria cerceada pelo jogo dos que opinam. De fato, a operacionalidade e a eficácia de um debate político fica também comprometida” (DOCENTE 5). Em outras palavras, ele questiona se os novos meios permitirão, mesmo, uma maior participação, ou aqueles que não participam nas assembleias presenciais também não se farão presentes no meio digital, o que é uma questão central nessa discussão. Em sua opinião, “haverão muitos pedidos de: “por favor me tirem da lista!!” não agüento mais tanta discussão!!”minha caixa está cheia, por favor me desfilie da APUB”, “não quero mais frequentar esta lista” etc etc etc” (Idem).

Reagindo a manifestações referentes a um posicionamento seu, o docente 7 classifica os participantes dos debates em “3 tipos: i) Os bem intencionados, mas que ainda não assimilaram a dimensão da comunicação eletrônica; ii) Os políticos profissionais, de posicionamentos dogmáticos, rígidos e fixos; iii) E um resíduo professoral xiita, agressivo, raivoso, mal educado, certamente mal-amado e infeliz” (DOCENTE 7). Observa que “os que não concordaram com o uso da internet, em nenhum momento analisaram os argumentos que usei”, indicando que haveria um diálogo de surdos. Faz ainda uma crítica a colocações feitas no debate sobre “sexo pela internet”, “aulas pela internet”, lamentando não ter ninguém entrado “no mérito das colocações” e não ter conseguido “absorver algo positivo com esta

discussão” (idem). Congratula-se com a Chapa 2 “na esperança de que novos métodos de discussão, comunicação e decisão sejam usados, compatível com a evolução do novo milênio” (idem).

Prosseguindo o debate encontramos uma ponderação que entende que o uso ou não da internet “não é a questão central para a resolução de problemas crônicos que os movimentos sociais ou sindicais vem enfrentando”, pois o que “está em jogo é a eficiência do processo” (DOCENTE 5). Quanto à classificação proposta, acima mencionada, comenta que os bem intencionados são “muitos” e concorda que hajam “fixistas inertes a mudanças”, manifestando ser a terceira categoria “completamente inadequada aos propósitos da discussão” (DOCENTE 5). Por fim, insiste que “sectarismo, condução, imposição, controle, etc é que poderão ocorrer em um sistema não claramente definido e como, quando e quem irá decidir como esta “ciber novidade quente” irá ser empregada” (idem). Observa que o parlamento Europeu, entre outras instituições de “top line” tecnológico, “não “modernizaram” seus processos decisórios, apenas agilizaram e os tornaram mais fluídos” (idem) e defende que o novo milênio não é apenas “ciberprofissionalização”, mas que “o ser humano deve ser mais valorizado” (idem). Após a eleição e vencedora a chapa 2, proponente das mudanças tecnológicas, emerge a sugestão de que o momento “é ouvir dos colegas alternativas sérias, sistematizá-las e organizar propostas consistentes que possam ser submetidas à comunidade” (DOCENTE 2, 2004). Prossegue, comemorando a vitória da Chapa “Nova APUB” que, dos 1400 votantes, 60% votaram na Chapa 2. “Um mil e quatrocentos votos e não os 20 a 100 votos que decidiram e mantiveram a desastrosa greve deste ano” (idem). Esclarece ainda, o docente, não ter afirmado em “nenhum momento” que “exista um único meio de captar os anseios dos associados. Muito menos que as assembléias tivessem que ser eliminadas”, mas sim que não poderiam “ficar amarrados apenas ao voto em assembléia para tomar decisões importantes como a de participar de uma greve ou apoiar financeiramente a invasão de prédios públicos”[ênfase no original] (idem). Conclui afirmando que “[a]ssembléias não são soberanas, soberano é o desejo e a vontade da categoria, no seu âmbito de decisão. Qualquer instrumento de decisão só tem valor se consegue expressar o que a categoria deseja e, lembremos, a categoria somos todos nós e não apenas os autodenominados ativistas ou os que têm tempo e/ou prazer de participar em assembléias” [ênfase no original] (idem). Ainda na repercussão do resultado das eleições e convergindo com o anterior, “[o] que não podemos aceitar é que mecanismos que dificultam tal manifestação [o ponto de vista da maioria dos docentes] (quer pelas dificuldades do nosso cotidiano como trabalhadores, quer pelos limites pessoais em lidar com o clima de assembléias) sejam tomados como únicos, de forma a impor à maioria, pensamentos e ações de grupos minoritários” (DOCENTE 16). Defende o proponente um “sistema amplo de consulta a todos os professores, impedindo que o posicionamento da APUB reflita apenas a posição do grupo político que a comanda num determinado momento. E isso vale, a meu ver, para qualquer que seja esse grupo político” (Idem). Uma última colocação de conteúdo afirma entender estar a discussão sobre usar ou não a internet “sem sentido e desfocada”, lembrando o autor que “estamos discutindo através da internet” (DOCENTE 17), afirmando discordar da idéia do anonimato na internet, pois os escritos são assinados. Registra que “o foco desta discussão deveria ser a participação e discussão política e não a internet”. Para ele, o central “é saber se os processos participativos que temos hoje permitem a formação de consenso sobre as questões que interessam aos docentes” (Idem). A questão reside, no seu entender em verificar “[s]e as formas de participação podem ser ampliadas e melhoradas com a adoção de novos procedimentos e instrumentos (internet, dentre outros) ou se a prática atual é a possível e se estamos (ou estávamos) sendo de fato representados e ouvidos nas decisões do sindicato” (idem). Colhidas estas manifestações na lista de discussões, trazemos, para finalizar, reflexões feitas sobre esse processo, pela candidata pela chapa de oposição, Cláudia Miranda, posteriormente

eleita presidente. Em sua visão, a inclusão de novos instrumentos de consulta e deliberação foi motivada pela solicitação recorrente, por parte de docentes, “de criação de mecanismos mais democráticos que oferecessem possibilidades adicionais de participação” além das assembleias presenciais. Eles alegavam que as assembleias eram um instrumento necessário, mas insuficiente para “representar realmente a maioria”, e que, embora tivessem o potencial de serem um espaço democrático, não as “[...] viam muito como um espaço de diálogo”, devido ao reduzido número de participantes e a queixa generalizada de que, se o participante se colocasse contrário à maioria presente, corria o risco de ser vaiado, hostilizado em público. Sobre a participação, Miranda faz uma distinção entre dois momentos: o da deliberação e o da decisão. Considerando a deliberação, comparando os níveis de participação nos meios presenciais e virtuais, “[...] esse fenômeno da pouca participação, seja nas assembleias presenciais, seja no próprio debate eletrônico” se mantém. A quantidade de docentes presentes nas assembleias presenciais é sempre muito reduzida especialmente nas grandes universidades, congregando, em alguns casos, nem sequer 12 membros além dos da diretoria. Na APUB, relata a docente, acontece o mesmo, dos cerca de 1.500 docentes participantes na época somente cerca de quarenta, ou até menos, compareciam às assembleias. A baixa participação seria influenciada por fatores como a capacidade da diretoria, como mediadora, de cumprir seu papel de fomentar a discussão ao fornecer documentos, textos “que instiguem, estimulem os professores a participarem do debate”, e a natureza do tema debatido. Entre os que suscitam mais discussões, estão a greve, eleição do sindicato e os relacionados às questões individuais relacionadas ao cotidiano dos membros, como mudanças no plano de saúde, por exemplo, que “mexia com o bolso, com a vida...”. No momento da decisão, por outro lado, já na primeira consulta direta (urnas nas unidades da UFBA) o número de participantes “foi muito representativo”, tendo votado mais de 800 professores, apesar da “rejeição pela oposição, que era contrária a esse tipo de consulta direta”.

O fato de que a adesão ao debate manteve-se baixa tanto nos debates presenciais quanto nos virtuais, mas foi alta no momento da consulta direta demonstra que, ao solicitarem a inclusão de “meios mais democráticos para se manifestarem”, os docentes entenderam, por “se manifestar” votando, “valorizando muito mais o processo final, decisório, do que o processo de construção, de reflexão... como acontece também nas assembleias”. A entrevistada esclarece que “muitas pessoas não querem somente debater, querem debater, mas querem ter também a oportunidade de votar, não ficar somente falando, opinando”.

Sobre os opositores que alegavam que o debate virtual seria muito “um absurdo, muito pobre, muito superficial”, a entrevistada informa que os opositores à proposta consideravam um docente manifestar-se numa mensagem dizendo apenas “concordo” ou “concordo com tal pessoa”, entretanto, ela defende que esse tipo de mensagem é legítimo, comparando-as “com um professor que chega na assembleia (...) e ele está se manifestando batendo palmas ou levantando o dedo ou a mão ou balançando a cabeça, ele está demonstrando opinião”.

Comparando as duas formas de debate, as vantagens do debate virtual seriam: 1) a possibilidade de registro, o fato de “que tudo aquilo está sendo documentado”, fato que poderia até inibir algumas pessoas a se manifestarem no meio eletrônico, já que “a fala escrita ela compromete muito mais, ela perdura”; 2) um aumento (ainda que não significativo) da participação em relação ao debate presencial, pois docentes “que não são ou não eram atuantes nas assembleias, que geralmente não se manifestavam em assembleia, passaram a se manifestar a partir do meio eletrônico”. Uma vantagem da discussão presencial seria o dinamismo, uma maior agilidade porque argumento e contra-argumento acontecem ali, simultaneamente. Um “grande problema” do debate presencial, entretanto, seria a existência de “estratégias de condução de uma assembleia” por militantes que conhecem “o momento certo, a hora certa pra falar uma coisa que pode agradar a maioria ali”, mesmo que seu discurso não seja pertinente. Um professor que não conhece esses códigos pode até expressar

uma opinião pertinente, mas não fazendo parte da maioria, “não importa”, os “mais ativistas já vão com uma posição (...) fechada (...) porque existe já uma certa articulação, um certo imbricamento de pessoas dentro de uma assembléia, as pessoas já são identificadas” por atuarem dentro de determinados grupos. Diante disso, a entrevistada defende, ao invés da substituição do meio presencial pelo virtual, a complementaridade entre os dois recursos, com o objetivo de estimular que “a maioria se manifeste, se expresse”, não importando o meio.

V. Considerações Finais: pode-se tirar do material exposto algumas conclusões, ainda que preliminares. O objeto de análise não era apenas discutir a aceitação do meio digital para fazer política, mas isto dentro do contexto de assembléias de docentes. Grosso modo, pode-se identificar dois grandes grupos: 1) adeptos da introdução de novas formas de consulta usando o meio digital e 2) críticos da utilização da consulta e debate digitais. O primeiro grupo não se constituía apenas em defensores da tecnologia (Internet) em si, mas também se posicionavam contra o esgotamento da forma tradicional da assembléia, em grande parte motivado pela posição contrária ao grupo político que dirigia a APUB. O segundo grupo, crítico da utilização de qualquer forma de consulta ou debate digital, ainda comporta uma ramificação entre aqueles que assumem uma posição contundente com qualquer alteração de consulta, defendendo o caminho da assembléia e outros que, ainda reconhecem qualidades no uso da Internet para fins políticos. Um terceiro grupo pode ser localizado entre aqueles que entendem que a questão não é discutir se é adequado ou não o uso da Internet, mas que o foco deve ser na participação e no conteúdo das assembléias. As manifestações indicaram ainda que a questão da “fala” é muito complexa: no meio presencial seria menos democrática do que se imagina, mesmo em fóruns supostamente democráticos (as assembléias) e, por outro lado, poderia ser mesmo mais democrática no meio virtual do que se imagina. A análise mostra é que as formas tradicionais de fazer política parecem esgotadas, o que pode indicar uma super valorização do indivíduo na sociedade contemporânea inviabilizando a mobilização dos corpos coletivos. Se a Internet pode aprofundar este individualismo pode também ser um caminho para forjar novas formas de sociabilidade e de fazer política, mas ainda parece ser cedo para afirmações mais seguras.

VI. Bibliografia

- CASTELLS, Manuel. A Sociedade em Rede. São Paulo. Paz e Terra. 1999.
- , Internet e Sociedade em Rede. In: Denis de Moraes (org.). Por uma outra comunicação. Rio de Janeiro. São Paulo. Record. 2003.
- , A Galáxia da Internet – reflexões sobre a Internet, os Negócios e a Sociedade. Rio de Janeiro. Jorge Zahar Ed. 2003.
- DOMINGUES, José Mauricio. Sociologia e Modernidade. Para entender a Sociedade Contemporânea. Rio de Janeiro. Civilização Brasileira. 1999.
- OLIVEIRA, Francisco. Capitalismo e política: um paradoxo letal. In: Adauto Novaes (org.). O esquecimento da política. Rio de Janeiro. Agir. 2007.
- MIRANDA, Cláudia. Entrevista em maio de 2007.
- NOGUEIRA, Marco Aurélio. As Possibilidades da Política. Idéias para a reforma Democrática do Estado. São Paulo. Paz e Terra. 1998.
- SARTORI, Giovanni. Homo Videns. Televisão e pós-pensamento. Bauru. SP. EDUSC. 2001.
- SORJ, Bernardo. Brasil@povo.com. A luta contra a desigualdade na Sociedade de Informação. Rio de Janeiro. Zahar. Brasília. UNESCO. 2003.
- UFBA. Lista de debates APUB. Disponível em <debates-I-admin@listas.ufba.br>. Acesso em: 30 dez.2004.
- WOLTON, D. Internet, e depois? Uma teoria crítica das novas mídias Porto Alegre. Editora Sulina. 2000.